



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – UNIPAMPA**

CONCURSO PÚBLICO  
NÍVEL INTERMEDIÁRIO

**TARDE**

**CADERNO DE PROVA**  
**PARTE II**  
**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**CARGO 36:**  
**ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO**

**ATENÇÃO!**

Leia atentamente as instruções constantes na capa da Parte I do seu caderno de prova.

- 1 Nesta Parte II do seu caderno de prova, confira inicialmente se os seus dados pessoais e se os dados identificadores do seu cargo transcritos acima coincidem com o que está registrado em sua **folha de respostas** e em cada página numerada desta Parte II do seu caderno. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito, ou apresente divergência quanto aos seus dados pessoais ou aos dados identificadores do seu cargo, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da **folha de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

*Conectar computadores é um trabalho. Conectar pessoas é uma arte.*

**OBSERVAÇÕES**

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br).
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

No que se refere às licitações, julgue os itens a seguir.

- 51 As normas gerais acerca das licitações e dos contratos públicos, previstas na Lei n.º 8.666/1993, não são aplicáveis às empresas públicas nem às sociedades de economia mista.
- 52 É possível a realização de procedimento licitatório de forma sigilosa.
- 53 Não viola o princípio da igualdade entre os licitantes o estabelecimento de requisitos mínimos que tenham por finalidade exclusiva garantir a adequada execução do contrato.
- 54 A violação ao sigilo das propostas constitui crime.
- 55 A inexigibilidade de licitação ocorre quando a lei autoriza a celebração direta do contrato.
- 56 As hipóteses de dispensa de licitação encontram-se taxativamente enumeradas na Lei n.º 8.666/1993.
- 57 Nas situações descritas como de licitação dispensada, o administrador não poderá realizar a licitação, uma vez que a lei determinou expressamente a sua dispensa.
- 58 Todas as modalidades de licitação serão precedidas de edital, que torna pública a realização da licitação.
- 59 O concurso é uma modalidade de licitação.
- 60 A impugnação do edital da licitação poderá ser feita apenas pelos participantes do certame.
- 61 Todos os membros das comissões de licitação deverão ser servidores qualificados e pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da administração.
- 62 A fase de habilitação deverá ocorrer previamente à análise das propostas.
- 63 O recurso contra a inabilitação de um licitante não possui efeito suspensivo, prosseguindo o procedimento licitatório para todos os que foram habilitados.
- 64 Após a fase da habilitação, o licitante não poderá mais desistir da proposta apresentada, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela comissão de licitação.
- 65 O trabalho da comissão de licitação encerra-se com a divulgação do resultado do julgamento das propostas.

A respeito dos servidores públicos, julgue os itens subsequentes.

- 66 Toda investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.
- 67 O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, admitindo-se a prorrogação por até duas vezes, por igual período.
- 68 O servidor público possui a garantia constitucional de livre associação sindical.
- 69 O servidor público não goza do direito de greve, pois ainda não existe uma lei que discipline o tema.
- 70 Não cabe exoneração em caso de infração disciplinar de servidor comissionado, mas sim destituição.
- 71 O indivíduo contratado de forma temporária não é considerado estatutário nem celetista, pois não ocupa cargo na administração pública.
- 72 A contratação de pessoal temporário na esfera federal tem de ser feita mediante concurso público.
- 73 A fixação ou alteração do valor da remuneração de determinado cargo somente poderá ser feita por intermédio de lei ordinária.
- 74 É permitida a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária.
- 75 As vantagens pecuniárias, como adicionais e gratificações, somente incidirão sobre o vencimento básico.
- 76 A irredutibilidade dos vencimentos e dos subsídios impede a criação ou majoração de tributos incidentes sobre os vencimentos ou subsídios.
- 77 A irredutibilidade dos vencimentos e dos subsídios é nominal, ou seja, não confere direito a reajustamento em decorrência de perda de poder aquisitivo da moeda.
- 78 O servidor comissionado pode acumular a remuneração do cargo com proventos de aposentadoria.
- 79 É permitido que um médico cumule dois cargos públicos, mas a mesma regra não se aplica aos odontólogos.
- 80 Nos municípios, o teto remuneratório é o subsídio recebido pelo prefeito.

Acerca do processo administrativo, julgue os itens a seguir à luz da Lei n.º 9.784/1999.

- 81** A lei acima citada regula o processo administrativo no âmbito da administração pública de todos os entes da Federação.
- 82** A urbanidade é um dever legal do administrado perante a administração.
- 83** É obrigatória a participação de advogado nos processos administrativos, para atuação em favor do acusado.
- 84** Pelo princípio da oficialidade, nos processos administrativos, a administração pode requerer diligências e solicitar pareceres e laudos.
- 85** Requerimento perante a administração deve conter o reconhecimento de firma do requerente.
- 86** Nos processos administrativos, a administração pública, para atuar, deve observar tanto a lei quanto o direito.
- 87** Como regra, é vedado aos interessados que tiverem pedido com conteúdo e fundamentos idênticos formularem requerimento único perante a administração.
- 88** Quando uma autoridade administrativa delega determinado ato, ela poderá revogar essa delegação a qualquer tempo.
- 89** Pessoa jurídica pode figurar como interessada em processo administrativo.
- 90** O prazo para a administração decidir um processo administrativo, após a conclusão da instrução, é de trinta dias improrrogáveis.
- 91** Quando se tratar de interesses coletivos, associações representativas têm legitimidade para interpor recurso administrativo.
- 92** Recurso administrativo que for interposto perante órgão incompetente será arquivado, ocorrendo a preclusão administrativa.
- 93** Se o sobrinho de determinado servidor participar como testemunha em processo administrativo, o servidor estará impedido de atuar no referido processo.
- 94** A convalidação de ato administrativo dispensa motivação.
- 95** Se determinado servidor público estiver como interessado em processo administrativo, a ele será assegurado obter cópias de documentos do correspondente processo.
- 96** Para que um órgão delegue parte de sua competência a outro órgão, este deverá ser hierarquicamente subordinado àquele.
- 97** Ato de delegação de competência deve ser publicado em meio oficial.

Com relação à administração pública, julgue os itens seguintes.

- 98** Pelo princípio da igualdade, é vedado à lei conceder aos entes da Federação tratamento privilegiado em relação ao particular.
- 99** A administração pública em sentido subjetivo abrange a polícia administrativa, o fomento e o serviço público.
- 100** Por um princípio que rege a administração pública, as pessoas administrativas não têm disponibilidade sobre os interesses públicos confiados à sua guarda e realização.
- 101** Pelo princípio da eficiência, a administração pública direta e a indireta têm a obrigação de realizar suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento.
- 102** A adequação e a exigibilidade da conduta estatal são fundamentos do princípio da proporcionalidade.
- 103** Pelo princípio da publicidade, é vedado à administração pública qualquer comportamento que contrarie os princípios da lealdade e da boa-fé.

Julgue os itens a seguir, a respeito dos atos administrativos.

- 104** Pelo princípio do paralelismo, se determinado ato administrativo, ao ser editado, observou a forma e a formalidade exigidas em lei, para que ele seja invalidado deverá atender aos mesmos requisitos.
- 105** O ato administrativo pode ser conceituado segundo o critério orgânico e o funcional. Para ambos os critérios, ato administrativo é todo aquele emanado dos órgãos legislativos.
- 106** Atos de império da administração pública são indelegáveis.
- 107** Os atributos da presunção de legitimidade, imperatividade e autoexecutoriedade estão presentes em todos os atos praticados pela administração pública.
- 108** Ato administrativo que remove servidor público com o objetivo de puni-lo é nulo por desvio de finalidade.
- 109** Agente público competente é considerado um dos requisitos do ato administrativo.
- 110** A nomeação de um cidadão para ocupar determinado cargo público que dependa da prévia aprovação do Senado Federal caracteriza o que se denomina de ato administrativo complexo.

Julgue os itens a seguir, referentes aos principais deveres do servidor público.

- 111** O servidor público deve desempenhar, tempestivamente, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular, exercendo suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, tratando cuidadosamente os usuários dos serviços e aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público.
- 112** O servidor público jamais deverá retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo. Deverá, outrossim, ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos, sendo assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.
- 113** No gozo da licença-maternidade, a servidora pública deverá zelar pelas exigências específicas da defesa da vida e da segurança coletiva, comunicando imediatamente a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público, exigindo as providências cabíveis.

Quando às regras deontológicas que pautam o serviço público, julgue os seguintes itens.

- 114** A publicidade de qualquer ato administrativo constitui requisito de eficácia e moralidade, haja vista que toda pessoa tem direito à verdade, não podendo o servidor omiti-la ou falseá-la, especialmente nos casos de segurança nacional, investigações policiais ou interesse superior do Estado e da administração pública, que devem ser, obrigatoriamente, publicizados nas mídias escrita, falada e televisionada, posto que nenhum Estado pode crescer ou estabilizar-se sobre o poder corruptivo do hábito do erro, da opressão, ou da mentira.
- 115** Desmoraliza o serviço público o servidor que se ausenta injustificadamente de seu local de trabalho. Por outro lado, os repetidos erros, o descaso e o acúmulo de desvios tornam-se, muitas vezes, difíceis de corrigir, chegando mesmo a caracterizar imprudência no desempenho da função pública.

Mesmo as pessoas que acertam que a vida segundo as qualidades morais é mais desejável, levantam uma dúvida: é mais desejável uma vida politicamente ativa e prática ou, ao contrário, uma vida alheia a todos os aspectos exteriores — por exemplo, alguma modalidade de vida contemplativa, que certas pessoas dizem ser a única digna de um filósofo. Com efeito, estes são praticamente os dois únicos modos de vida que os partidários mais zelosos das qualidades morais parecem achar preferíveis, seja no passado, seja no presente — os dois, quero dizer, são a vida do político e a do filósofo. Não faz pouca diferença saber de que lado está a verdade. Pois quem pensa bem ordena a sua vida no sentido do melhor escopo, quer se trate de cada um dos homens, quer da cidade em geral.

Aristóteles. *A política*, livro VII, 1.324a-1.325b, p. 223-4 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens que se seguem, acerca das concepções de felicidade e justiça.

- 116** O homem virtuoso é aquele que caminha na direção da vida feliz guiado pela justiça.
- 117** A felicidade é uma atividade da alma conforme a virtude perfeita, que tem a opinião pública como mediadora da ação humana.
- 118** Há dois tipos de felicidade: uma conforme a prática das virtudes morais e outra conforme a vida intelectual. Ambas as formas de felicidade pressupõem a disponibilidade das coisas essenciais à vida, e em proporções iguais.

Julgue os próximos itens, relativos às comissões de ética.

- 119** Apenas nos órgãos e entidades da administração pública federal direta, indireta autárquica e fundacional que exerçam atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada uma comissão de ética, responsável pela abertura do inquérito administrativo no qual serão apuradas as infrações cometidas pelos seus prepostos na utilização do erário para fins alheios aos interesses maiores da nação. O resultado desse procedimento instruirá a decisão do presidente da comissão, que poderá ou não arbitrar pena pecuniária em substituição à privativa de liberdade.
- 120** As comissões de ética encarregam-se de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, bem como de auditar as condutas suscetíveis de censura, instaurando o processo execratório público como penalidade máxima aos infratores.